



XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVII ENANCIB)

GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento

DIPLOMÁTICA E ARQUIVÍSTICA: DIÁLOGOS PARA A CONSTRUÇÃO DO MÉTODO DE IDENTIFICAÇÃO DA TIPOLOGIA DOCUMENTAL

DIPLOMATIC AND ARCHIVE SCIENCE: DIALOGUE FOR CONSTRUCTION OF IDENTIFICATION DOCUMENT TYPOLOGY OF METHOD

Ana Célia Rodrigues¹

Modalidade da apresentação: Comunicação Oral

Resumo: Nos anos 80 do século passado, a Diplomática revisitada pela Arquivística encontra nas discussões sobre a construção teórica da identificação arquivística um espaço para a reflexão sobre os estudos de gênese documental e sua pertinência para a normalização da gestão de documentos e tratamento técnico dos documentos acumulados em arquivos. No âmbito da metodologia arquivística, a identificação é uma fase de pesquisa, tarefa de natureza intelectual, que tem como objetos de estudos o órgão produtor e os seus documentos, cujo processo de reconhecimento se fundamenta nos parâmetros da Diplomática, em sua perspectiva clássica e contemporânea, a tipologia documental, produzindo conhecimento para o planejamento das funções arquivísticas (criação/produção, classificação, avaliação e descrição). A Espanha tem dado uma efetiva contribuição para as discussões sobre a identificação no campo da Arquivística, produzindo estudos teóricos e aplicados que destacam o país no cenário internacional, influenciando na construção de tradições arquivísticas ibero-americana, contexto em que se insere o Brasil. Trata-se de pesquisa de natureza documental que busca na revisão de literatura, nacional e estrangeira, os aspectos que envolvem o diálogo entre a Diplomática e a Arquivística para a construção do método de identificação de tipologia documental. Nesta perspectiva, tem como objetivo geral lançar bases teóricas para caracterizar a identificação como função independente no âmbito da metodologia arquivística e, especificamente, analisar a dimensão conceitual da identificação no contexto das metodologias arquivísticas e discutir a relação estabelecida entre a Diplomática e a Arquivística, abordando as origens do método de análise e a perspectiva de sua aplicação para a arquivística brasileira. Esta temática vem sendo abordada no

¹Professora Adjunto IV do Departamento de Ciência da Informação e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense

âmbito de projetos pesquisas de TTC em Arquivologia, Iniciação Científica (PIBIC-CNPq/UFF e FAPERJ), do Mestrado e Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFF, integrando a produção do Grupo de Pesquisas “Gênese Documental Arquivística”, UFF/CNPq.

Palavras-chave: Diplomática. Tipologia documental. Identificação arquivística. Metodologia arquivística.

Abstract: *In the 80s of the last century, the Diplomatic revisited by archiving is in discussions about the theoretical construction of archival identifying a space for reflection on the studies of documentary genesis and its relevance to the normalization of document management and technical processing of documents accumulated in files. In the context of archival methodology, identification is a research phase of intellectual task, which has as objects of study the producer body and its documents, the recognition process is based on the diplomatic parameters, in its classical perspective and contemporary , documentary typology, producing knowledge for the planning of archival functions (creation / production, classification, evaluation and description) Spain has made an effective contribution to the discussions on the identification in the field of archiving, producing theoretical and applied studies that highlight the the international stage, influencing the construction of Latin American archival traditions, the context in which it operates Brazil. This is nature documentary research that seeks in the literature review, national and foreign, aspects involving dialogue between the Diplomatic and Archives for the construction of documentary type identification method. In this regard, it has the general objective to launch a theoretical basis for characterizing the identification as an independent function within the archival methodology and specifically analyze the conceptual dimension of identification in the context of archival methodologies and discuss the relationship established between the Diplomatic and Archives, addressing the origins of the analytical method and the prospect of its application to the Brazilian archival. This theme has been addressed in the context of TTC research projects in Archival, Scientific Initiation (PIBIC-CNPq / UFF and FAPERJ), the Masters and PhD from the Graduate Program in Information Science UFF, integrating the production of the Group Research "Genesis Documental Archives" UFF / CNPq.*

Keywords: *Diplomatic. Document typology. Archival identification. Archival methodology.*

1 INTRODUÇÃO

Nos anos 80 do século passado, com a consolidação da gestão de documentos no campo da arquivística, os estudos de gênese documental assumem relevância no debate teórico da área. A necessidade de identificar documentos em seu contexto de produção para planejamento de sua criação/produção e tratamento técnico de sua acumulação nos arquivos conduziu a área à reflexão sobre a identificação como processo arquivístico e às discussões sobre a posição que ocupa no âmbito das metodologias arquivísticas.

O termo *identificação* surge na Espanha para designar as pesquisas desenvolvidas por grupos de profissionais preocupados com a formulação

de metodologias para solucionar o problema da acumulação de documentos em arquivos.

Neste momento, se produz um profícuo diálogo entre a Diplomática e a Arquivística, que encontra na construção teórica da identificação arquivística um espaço para a reflexão sobre os estudos de gênese documental e sua pertinência para a normalização da gestão de documentos e tratamento técnico dos documentos acumulados em arquivos.

A Espanha tem dado uma efetiva contribuição para as discussões sobre a identificação no campo da Arquivística, produzindo estudos teóricos e aplicados que destaca o país no cenário internacional, influenciando a construção de tradições arquivísticas ibero-americana, contexto em que se insere o Brasil.

Embora o Brasil tenha participado dos debates para a formulação do conceito de identificação nos anos 80, a tipologia documental não vem sendo aplicada a todos os processos de identificação de documentos de arquivos, notadamente no âmbito dos programas de gestão de documentos.

Trata-se de pesquisa de natureza documental que busca na revisão de literatura nacional e estrangeira, os aspectos que envolvem o diálogo entre a Diplomática e a Arquivística para a construção do método de identificação de tipologia documental.

Nesta perspectiva, tem como objetivo geral lançar bases teóricas para caracterizar a identificação como função independente no âmbito da metodologia arquivística e, especificamente, analisar a dimensão conceitual da identificação no contexto da metodologia arquivística, descrevendo a utilização do termo e formulação do conceito no âmbito da arquivística espanhola e brasileira e discutir a relação estabelecida entre a Diplomática e a Arquivística, abordando as origens do método de análise e a perspectiva de sua aplicação para a arquivística brasileira.

A reflexão sobre a identificação como metodologia arquivística, desenvolvida com base na Diplomática e Tipologia documental vem suprir uma lacuna qualitativa e instrumental para a normalização de procedimentos de gestão de documentos e de arquivos, contribuindo para a organização do conhecimento arquivístico.

2 DIPLOMÁTICA E ARQUIVÍSTICA: SEUS OBJETOS E MÉTODOS

Historicamente, a definição de Diplomática esteve intimamente ligada ao conceito de documento que caracteriza seu objeto de estudo. Entendido como peça singular ou integrante de um conjunto, esta concepção é distintiva para explicar as correntes teóricas de estudiosos

que se formaram em torno da matéria em nível internacional e como ocorreu sua aproximação com a Arquivística.

Foi nos anos 80, a partir dos modernos estudos arquivísticos que a Diplomática ressurgiu, com o objetivo de aplicar os princípios teóricos e metodológicos aos documentos de arquivo, que em seu contexto de produção são por excelência, coletivos. Uma nova abordagem do uso da metodologia preconizada pela Diplomática, bastante difundida na arquivística nacional e internacional, deu origem a um novo campo de estudos, a Tipologia Documental.

A Diplomática nasceu no século XVII ligada ao direito patrimonial, como uma técnica analítica para determinar a autenticidade dos títulos de terra da igreja. O seu principal propósito era verificar a realidade dos direitos e a segurança dos fatos contidos em alguns documentos.

Mabillon foi quem efetuou a primeira sistematização rigorosa sobre a autenticidade dos documentos de arquivo. A sua metodologia foi usada para examinar individualmente cerca de duzentos documentos diferentes, de várias épocas e os comparar. Verificou o que tinham em comum e qual era o procedimento do ambiente onde eles se encontravam. Os resultados obtidos neste estudo passaram a se configurar como os pressupostos teóricos da disciplina.

As suposições fundamentais do tratado de Mabillon eram que o contexto onde os documentos são criados se manifesta em sua forma e no seu conteúdo e que poderiam ser analisados de maneira independente. Esse método transformou “fatos escritos em fontes históricas, e norteou a crença de que o conhecimento sobre o passado, que não era de direto acesso, podia, apesar de tudo, ser atingido ao serem examinadas as partes do documento” (MACNEIL, 2000, p. 21-22).

Na passagem do século XIX ao século XX, a Diplomática foi tratada exclusivamente como ciência auxiliar da História. Os historiadores adotaram a Diplomática como uma ferramenta de crítica documentária para avaliar a autoridade de documentos medievais como fontes históricas. Ocorreu seu desenvolvimento como disciplina, favorecido pela introdução dos estudos diplomáticos na academia no campo dos estudos históricos, transformando-a em uma ciência estritamente medieval.

No final do século XX, os arquivistas “descobriram novos usos para esta velha ciência, baseados no seu potencial como um padrão para assegurar a confiabilidade geralmente dos documentos modernos e especificamente dos documentos eletrônicos”. (DURANTI, 1995, p.06 e 36)

Mas foi próximo aos 80 do século passado que começou a se formar uma nova geração de estudiosos de Diplomática, que aplicando os princípios teóricos e metodológicos da disciplina aos documentos de arquivo, estabeleceram um profícuo diálogo entre as áreas, cujos estudos de natureza teórica que vem exercendo profunda influência no fazer arquivístico internacional, contribuindo para a construção teórica em Arquivística.

Nessas reflexões, o elemento inovador resultou no propósito de ampliar o objeto, o documento de natureza estritamente jurídica, e o âmbito de investigação, até então restrito ao período medieval na Europa.

Tradicionalmente a Diplomática tem estudado o documento individual, produto do fato jurídico. A sua utilidade se limitou inicialmente a resolver uma disputa legal, sendo estendida para dar suporte à pesquisa histórica.

Os documentos diplomáticos, objeto da Diplomática se a disciplina for tomada em sua perspectiva clássica, são os de natureza jurídica, que refletem no ato escrito às relações políticas, legais, sociais e administrativas entre o Estado e os cidadãos, cujos elementos semânticos são submetidos a fórmulas preestabelecidas. (BELLOTTO, 2001).

No sentido moderno da Diplomática, os documentos são analisados na direção de seu contexto de produção, nas relações entre as competências, funções e atividades do órgão produtor e neste sentido, apresentam suas profundas relações com a Arquivística.

Em 1989, na II Conferencia Europeia de Arquivos promovida pelo Conselho Internacional de Arquivos, os delegados da conferencia recomendaram que o desenvolvimento da disciplina da Diplomática moderna fosse “promovido através de pesquisa na tipologia de documentos contemporâneos e nos processos de criação de documentos nas instituições contemporâneas”. (MACNEIL, 2000, p.87)

Na Europa, a resposta a este chamado dos arquivistas para a construção de uma Diplomática moderna, adaptável aos documentos do século XX, veio principalmente da Itália, destacando-se os estudos realizados por Paola Carucci (1997; 2004). Esta arquivista italiana deu uma contribuição substancial, redefinindo o documento de um modo muito amplo e concentrando as atenções na proveniência administrativa que o gera antes de sua forma documental. Alargou desta forma o âmbito da Diplomática integrando-a com a Arquivística, incluindo uma relação de considerações sobre o documento como produto do procedimento administrativo. (DURANTI, 2003)

A renovação desta disciplina e sua aplicação no âmbito dos arquivos estão representadas pelas teorias propostas na Itália por Paola Carucci e Luciana Duranti, que desenvolve estudos no Canadá; na Espanha, por Luis Núñez Contreras, Manuel Romero

Tallafigo, Vicenta Cortés Alonso e Antonia Heredia Herrera e no Brasil, por Heloisa Liberalli Bellotto. As ideias destes autores vêm contribuindo para a consolidação de uma tradição arquivística brasileira na área.

Os estudos realizados por Luciana Duranti, através do grupo de pesquisadores da Universidade da Columbia Britânica, em Vancouver, Canadá, associado ao projeto InterPARES que teve início em 1999, tiveram como objetivo produzir conhecimento teórico e metodológico e formular políticas para a produção e preservação de documentos eletrônicos. A revisão da disciplina efetuada por Duranti e as ideias por ela divulgadas na construção da Diplomática Arquivística, vêm nutrindo o debate teórico sobre a produção de documentos em ambientes eletrônicos, orientando as práticas realizadas em arquivos de todo o mundo.

Nestes anos 80 a Espanha também se destacou no movimento de renovação teórica da Diplomática, produzindo importantes estudos teóricos e aplicados aos documentos administrativos, preocupados em definir o que entendemos por documento de arquivo e em identificar as partes que o integram, elencando seus caracteres internos e externos através dos estudos de tipologia documental.

No campo da ciência Arquivística a Diplomática tem sido reinventada, adaptada como uma ferramenta para compreender o complexo processo de produção dos documentos da burocracia contemporânea. Uma nova abordagem do uso da metodologia preconizada pela Diplomática, bastante difundida na arquivística nacional e internacional, deu origem a um novo campo de estudos, a Tipologia Documental.

Vicenta Cortés Alonso (1986, p.01) distingue os objetos de estudos da Diplomática e da Arquivística, afirmando que a disciplina que “explica a gênese documental e analisa os caracteres internos e externos é a Diplomática e a que se encarrega de estudar os documentos desde o ponto de vista de sua função administrativa, sua conservação, descrição e serviço é a Arquivística”. A Tipologia Documental, é um “estudo arquivístico”, “trabalho de pesquisa arquivística”, que tem por objetivo “fixar a tipologia documental produzida e solicitada, para, sem erro, formar as séries documentais dos arquivos”, ressalta a autora (CORTES ALONSO, 1986, p.419-420)

Antonia Heredia Herrera (1991, p. 61-62) define a Diplomática como “a ciência que estuda o documento, sua estrutura, suas clausulas, para estabelecer as diferentes tipologias e sua gênese dentro das instituições escriturarias a fim de analisar sua autenticidade”. O objeto da Arquivística é “muito mais amplo em extensão e em limites cronológicos, não se limita ao documento jurídico, mas alcança e o ultrapassa os nossos dias”. Feita esta distinção, ressalta que a relação Arquivística-Diplomática assim posta, nos levará a uma normalização

documental necessária nos programas de gestão de documentos, sobretudo quando a “o uso da nova tecnologia informática obriga a um conhecimento profundo dos formulários, das cláusulas e dos dados informativos essenciais de cada série documental que delimitados claramente traz a determinação de cada tipologia”. (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 61)

Heloisa Bellotto (2004), analisando a perspectiva de Antonia Heredia Herrera sobre a Diplomática e a Arquivística, ressalta que

Antonia Heredia chega mesmo a aventar certa supremacia da tipologia documental sobre a diplomática, quando o enfoque é a doutrina arquivística. A autora diz ainda que a tipologia, por suas características intrínsecas, atribui maior importância ao procedimento administrativo, privilegiando o conjunto orgânico no qual o documento se situa e não o ‘discurso’ de cada um. (BELLOTTO, 2004, p.53)

Antonia Heredia Herrera (2006) reconhece a independência dos campos de estudo das duas áreas, da Tipologia Documental e da Diplomática, mas destaca a estreita relação estabelecida entre elas que pode ser verificada na influência da formulação da metodologia da Tipologia Documental a partir dos parâmetros metodológicos da Diplomática.

A metodologia aplicada ao tipo documental vem sendo denominada *análise documental*. Devemos muito a Vicenta Cortés sobre este e outros temas, porque criou um modelo de análise documental partindo do modelo de análise do tipo diplomático, adequando-o às necessidades arquivísticas do momento. Passado o tempo surgem novos conceitos, como o da *identificação* (...). (HEREDIA HERRERA, 2006, grifo nosso).

As relações entre a Diplomática e a Arquivística conquistaram um definitivo espaço no debate teórico dos estudiosos espanhóis. A partir dos trabalhos publicados por estes autores, nos anos que se seguiram até a década dos 90, a arquivística espanhola registrou uma extensa produção bibliográfica abordando o tema da metodologia diplomática aplicada aos estudos de documentos produzidos e acumulados nos arquivos do país. As experiências metodológicas desenvolvidas na Espanha no campo da tipologia documental, como o de Vicenta Cortés Alonso com o Grupo de Arquivistas Municipais de Madri se tornaram referência para estes estudos arquivísticos de tipologia documental em países latino-americanos e no Brasil.

No Brasil, os textos publicados por Heloísa Liberalli Bellotto, primeiramente em 1982 e com novas abordagens em 1990, são considerados como referencial teórico sobre tipologia documental e os conceitos abordados pela autora foram incorporados à literatura arquivística e à prática desenvolvida nos arquivos do país. Esta autora trouxe para os estudos diplomáticos

a diferença entre *espécie documental* e *tipo documental*, o que não tinha sido abordado antes por outros autores.

A concepção de Diplomática e de Tipologia Documental apresentada por Heloisa Bellotto vem sendo utilizada por uma corrente de estudiosos no Brasil, para os quais a Diplomática é a área que estuda a peça singular, portanto, a espécie documental, conceito proposto pela autora. Seu objeto são os “documentos escritos, legalmente válidos e revestidos de determinadas formalidades; sendo prova jurídica ou administrativa de um ato, são objetos da diplomática.” (BELLOTTO, 2004, p.46).

O documento arquivístico, considerado em seu conjunto, é o tipo documental, objeto de estudos da Tipologia Documental, identificado a partir das relações que apresenta com o contexto de produção. As competências, funções e atividades desempenhadas que se articulam no procedimento de gestão são elementos inovadores, introduzidos na metodologia da Diplomática, nesta sua perspectiva contemporânea, para identificar o documento de arquivo.

A Tipologia Documental tem como parâmetro conceitual a identificação do tipo, cuja fixação depende primeiramente do reconhecimento da espécie documental

o modelo juridicamente válido, redigido a partir de uma mesma construção semântica e formatado de maneira que torne válido e credível seu conteúdo (...) A lógica da organicidade se revela na utilização da mesma espécie diplomática para o cumprimento de uma determinada função, produzindo o tipo documental. (BELLOTTO, 2000, p. 17)

Nesta perspectiva, se pode afirmar que entre a Diplomática e a Arquivística existem sólidos vínculos de inter-relações e complementaridade, estabelecidos em razão de compartilharem um objeto e campo comum: o documento. Então, como delimitar as fronteiras entre estes campos de estudos?

Nos anos 60, Bautier já havia colocado esse problema e o resolveu afirmando que “a Arquivística não se interessa pelo documento em si, mas pelo conjunto de documentos, enquanto a Diplomática se atém ao documento de arquivo sozinho: à sua forma de abordagem e à sua gênese” (apud PETRUCCI, 1963, p.789)

Bellotto (2000, 2004) ressalta que para a Diplomática o grande interesse está no teor documental e para a Tipologia está nas inter-relações no interior do conjunto documental.

Na dimensão do que foi exposto, pode-se afirmar que os métodos de análises de uma e outra disciplina são distintos, embora suas finalidades sejam parcialmente coincidentes e que a Diplomática segue tendo seus propósitos próprios, distintos da Tipologia Documental.

Por isso, a tipologia documental, ao incorporar todo o corpo teórico e metodológico da antiga diplomática, pode ser chamada de diplomática arquivística ou, melhor ainda (se se atentar para o quanto o objeto e os objetivos de ambas podem ser amalgamados), de diplomática contemporânea, como quer Bruno Delmas. Para ele, a preocupação da diplomática é, agora, menos o estudo da estrutura, da forma, da gênese ou da tradição e mais da tipologia dos documentos. (BELLOTTO, 2004, p.53)

O método de análise tipológica se tornou conhecido pela arquivística brasileira a partir dos estudos de Bellotto (1982; 1990).

Bellotto (2004) faz distinção entre o objeto da diplomática, em sua perspectiva clássica, a *espécie documental* e em sua perspectiva contemporânea, o *tipo documental*, e dos métodos de análise diplomática e tipológica para se chegar à denominação do documento de arquivo e identificar sua gênese, o que permite por comparação chegar ao agrupamento das séries documentais.

Para efeitos de identificação do tipo documental e seu tratamento técnico, ambos os métodos são necessários por serem complementares. O primeiro, da Diplomática clássica, porque através dele se chega à espécie documental; o segundo, porque contextualiza a espécie no âmbito da atividade que determina sua produção, elemento que será denominativo do tipo documental, objeto e campo de estudos da Tipologia Documental. (RODRIGUES, 2012)

Para a arquivística brasileira, a Diplomática e a Tipologia Documental são campos de estudos distintos, com métodos próprios de análise, porém complementares para o estudo da gênese do documento de arquivo e seu agrupamento em série documental a partir de parâmetros normalizados.

Esta perspectiva vem influenciando a construção de uma tradição arquivística brasileira na área, evidente em nossas pesquisas² que referenciam a tipologia documental como base da gestão de documentos e do tratamento de documentos acumulados em arquivos.

3 IDENTIFICAÇÃO DE TIPOLOGIA DOCUMENTAL: METODOLOGIA PARA RECONHECER O DOCUMENTO DE ARQUIVO

Rodrigues (2008) ao estudar as relações da Diplomática com a Arquivística e sua pertinência para os estudos de gênese documental, aponta que *tipo* é um termo que significa “modelo, referência”. No campo da Arquivística seu uso vem sendo aplicado para designar o modelo de documento de arquivo, criado como resultado do exercício de uma atividade, o *tipo documental*.

² Ver RODRIGUES (2003, 2008, 2013)

A finalidade dos estudos de tipologia documental é fixar os modelos de documentos, padronizando sua denominação, para reconhecer os semelhantes e formar as séries documentais, definida “como a sequência de unidades de um mesmo tipo documental” (DTA, 1996).

A identificação diplomática verifica os elementos da estrutura do documento para determinar a espécie documental, parâmetros preconizados pela Diplomática em sua perspectiva clássica, ou seja, analisa o documento e determina o protocolo inicial, texto e protocolo final, com suas subdivisões. Chega-se assim ao requerimento, ao decreto, à portaria, entre outros formatos, “que servindo aos propósitos da ação que o utiliza como veículo, gera o tipo documental, base para a formação das séries de arquivo”. (BELLOTTO, 2000, p. 27)

A identificação tipológica tem por objeto o tipo documental, que reflete a “lógica orgânica dos conjuntos documentais”, que por definição é a “configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou” (BELLOTTO, 2002, p. 20).

Como exemplo, citamos o *requerimento* como uma *espécie*, uma estrutura documental que somada à *atividade* que determinou sua produção em um contexto resulta em um *tipo documental*, o requerimento de licença de férias, requerimento para aprovação de projeto de construção. A mesma espécie pode servir para o registro de atividades diferentes dentro de um órgão produtor, resultando em tipos documentais diferentes, portanto em séries documentais diferentes, sob a qual incidem os critérios de classificação, avaliação, descrição e planejamento de produção, a criação do documento. (RODRIGUES, 2008).

Estes fundamentos metodológicos foram aplicados na elaboração dos instrumentos de gestão de documentos do Sistema de Arquivos da Universidade de São Paulo (SAUSP)³, do Sistema de Arquivos do Governo do Estado de São Paulo (SAESP)⁴, do Arquivo Público Municipal Campo Belo, Minas Gerais⁵ e em outros modelos no país, com sucesso. Recentemente foi utilizando como metodologia básica do Programa de Gestão de Documentos do Município de Santos (PGD-Santos⁶ e do Programa de Gestão de Documentos do Governo do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ)⁷.

³ Disponível em: <http://www.usp.br/arquivogeral/instrumentos-de-gestao/>. Acesso em: 30 jul. 2016.

⁴ Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/gestao/sistema/plano>. Acesso em: 30 jul. 2016.

⁵ Rodrigues, 2003.

⁶ Rodrigues & Garcia, 2012.

⁷ A identificação arquivística é a metodologia básica do Programa de Gestão de Documentos do Governo do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ) resultado do projeto “Identificação arquivística: utilizando a Diplomática contemporânea como fundamento metodológico no Programa de Gestão de Documentos do Governo do Rio de Janeiro”, pesquisa financiada pelo Programa Jovem Pesquisador UFF 2009, realizada através de parceria institucional estabelecida entre o Arquivo Público do Estado / Secretaria de Estado da Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade Federal Fluminense, cujos resultados encontram-se disponíveis em: http://www.aperj.rj.gov.br/planos_tabelas.htm. Acesso em: 30 jul. 2016. (RODRIGUES, 2013b)

A necessidade de identificar documentos em seu contexto de produção conduziu a área à reflexão sobre a identificação como processo arquivístico e às discussões sobre a posição que ocupa no contexto das metodologias arquivísticas.

O termo *identificação* surgiu no campo da Arquivística nos anos 1980, quando começou a ser utilizado na Espanha por grupos de arquivistas da Direção de Arquivos Estatais do Ministério da Cultura para designar as tarefas de pesquisas realizadas sobre massas documentais acumuladas em arquivos, a fim de elaborar propostas de avaliação e classificação. Mas foi no âmbito do Grupo Ibero-Americano de Gestão de Documentos Administrativos, coordenado pela Espanha e do qual participavam Brasil, Colômbia, México e Portugal, que o conceito de identificação foi formulado e divulgado por Maria Luiza Conde Villaverde nas Primeiras Jornadas de Metodologia para a Identificação e Avaliação de Fundos Documentais das Administrações Públicas, realizadas em Madri, em 1991, designando as pesquisas desenvolvidas por grupos de arquivistas preocupados com a formulação de metodologias que solucionassem o problema da acumulação irregular de documentos.

A partir deste momento o uso do termo e o conceito de identificação se consolidaram no meio arquivístico da Espanha, sendo incorporados pelo Dicionário de Terminologia Arquivística espanhol, que a define como “fase do tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo” (DTA, 1993, p. 37).

Neste período o Brasil integrou o movimento internacional que se formou em busca de referenciais metodológicos para resolver a superlotação dos arquivos, problema comum do qual compartilhavam os países ibero-americanos. Merecem referência os trabalhos dos grupos que se criaram no âmbito do Programa de Modernização Administrativa do Arquivo Nacional, no qual se destacam as propostas metodológicas desenvolvidas pelos Grupos de Identificação de Fundos Internos (GIFI) e o do Grupo de Identificação de Fundos Externos (GIFE) para solucionar as questões de transferências e recolhimentos de fundos, assim como a metodologia de levantamento da produção documental desenvolvida pela Divisão de Pré-Arquivo, para fins de avaliação de documentos no Ministério da Agricultura. (RODRIGUES, 2008).

Os resultados destas experiências permitiram a formulação do conceito de identificação incorporado pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), definido como “processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos, com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual”. No Brasil, o conceito de identificação remete também ao controle físico dos arquivos, propondo a coleta de dados e

registro de informações sobre a situação de acumulação dos documentos. (RODRIGUES, 2012)

Estudos desenvolvidos anteriormente em Rodrigues (2003, 2008, 2013a,b) sobre a construção teórica da identificação no campo da Arquivística permitiram sistematizar os aspectos teóricos e metodológicos que a caracterizam e sua pertinência para o desenvolvimento das práticas arquivísticas.

A identificação é uma metodologia de pesquisa para a Arquivística, tarefa de natureza intelectual, que precede e fundamenta as demais funções que integram a metodologia arquivística, ou seja, a classificação, avaliação, descrição e também o planejamento da produção documental, notadamente na criação dos documentos (convencionais ou digitais), que tem dois objetos de estudos:

1. Órgão produtor: estudo do elemento orgânico (estrutura administrativa) e do elemento funcional (competências, funções e atividades).

2. Tipologia documental: estudo que se realiza com base no reconhecimento dos elementos externos, que se referem à estrutura física, a forma de apresentação do documento (gênero, suporte, formato e forma) e internos, o “conteúdo substantivo do documento (atividade) e natureza de sua proveniência e função” (BELLOTTO, 2004), para denominar o tipo e definir a série documental.

A caracterização dos atributos que apresentam o órgão produtor, suas funções e atividades e a maneira como estes vínculos estabelecidos se traduzem nas partes do documento arquivístico integram o conhecimento gerado nesta fase e compõem a base teórica da identificação arquivística, para fins de gestão de documentos ou tratamento técnico nos arquivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por compartilharem de um objeto comum – o documento de arquivo - a Diplomática e a Arquivística sempre mantiveram um diálogo profícuo, razão pela qual a discussão sobre o conceito de documento e a metodologia da análise para identificá-lo permeia o debate teórico entre diplomatas e arquivistas.

A identificação tipologias documentais, uma das tarefas realizadas no momento da identificação arquivística, encontra na abordagem clássica e contemporânea da Diplomática, a Tipologia Documental, seus fundamentos teóricos e metodológicos, demonstrando a efetiva contribuição desta disciplina para a construção teórica da Arquivística no campo dos estudos

de gênese documental, pois permitem a normalização dos programas de gestão de documentos e do tratamento dos documentos acumulados em arquivos.

A identificação, fundamentada nestes parâmetros da Diplomática, seria uma nova função arquivística ainda sem sistematização?

Esta questão ocupa hoje nossas atuais preocupações de pesquisa, temática que vem sendo abordada no âmbito de projetos pesquisas de TTC em Arquivologia, Iniciação Científica (PIBIC-CNPq/UFF e FAPERJ), do Mestrado e Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFF, integrando a produção do Grupo de Pesquisas “Gênese Documental Arquivística”, UFF/CNPq.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes; tratamento documental*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística; reconhecendo e utilizando o documento de arquivo*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo / Arquivo do Estado, 2000. (Projeto Como Fazer)

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *O espaço da diplomática no ensino da arquivologia*. In: IV Congresso de Archivología del Mercosur, 2001. Disponível em: <<http://www.pmatozo.hostmidia.com.br>> Acesso em: 26 jun. 2004.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Tipologia documental em arquivística. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, n. 195, p. 9-17, 1982.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Tipologia documental em arquivos: novas abordagens. *Arquivo de Rio Claro*. Rio Claro: Arquivo do Município de Rio Claro, v.0, n.1, p.4-15, 1990.

CARUCCI, Paola. *Documento y archivo de gestión: diplomática de ahora mismo*. Carmona: S&C Ediciones / Universidad International Menéndez Pelayo, 2004.

CARUCCI, Paola. *Il documento contemporaneo: diplomatica e criteri di edizione*. Roma: La nuova Italia Scientifica, 1997.

CORTÉS ALONSO, Vicenta. Nuestro modelo de análisis documental. *Boletín de ANABAD* (Asociación Española de Archiveros, Bibliotecarios, Museólogos y Documentalistas). Madrid: ANABAD, n. 3, p. 419-434, 1986.

DICCIONARIO de Terminologia Archivística. Madrid: Ministerio de Cultura / Dirección de Archivos Estatales, 1993.

DICIONÁRIO Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

DICIONÁRIO de Terminologia Arquivística. Ana Maria de Almeida Camargo; Heloísa Liberalli Bellotto (coord.). São Paulo (Brasil): Associação dos Arquivistas Brasileiros / Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

DURANTI, Luciana. *Diplomatica: nuevos usos para una antigua ciencia*. Trad. Manuel Vázquez. Carmona: Asociación de Archiveros de Andalucía, 1995.

DURANTI, Luciana. *La diplomatica dei documenti elettronici*. Venezia, Università Ca' Foscari di Venezia, 2003. Disponível em:

<<http://www.biblio.unive.it/sba/novita/030527Duranti.asp>>. Acesso em: 28 jun. 2006.

HEREDIA HERRERA, Antonia. *Archivística general; teoría y práctica*. 5 ed. Sevilla: Diputación Provincial, 1991.

HEREDIA HERRERA, Antonia. *En torno al tipo documental*. Boletín de la ANABAD, Tomo 56, Nº 3, 2006, págs. 13-36. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/166232>.

Acesso em: 31 jul. 2016.

MACNEIL, Heather. *Trusting records: legal, historical and diplomatic perspectives*. Vancouver (Canadá): Kluwer Academic Publishers, 2000.

PETRUCCI, Armando. *Diplomatica vecchia e nuova*. *Studi Medievali*. v.4, n.2, 1963.

Disponível em: <<http://dobc.unipv.it/scrineum/biblioteca/petrucci.html>>. Acesso em: 01 set. 2015.

RODRIGUES, Ana Célia & GARCIA, Nádia Dévaki Pena. *A FAMS e a política de gestão de documentos para a Prefeitura Municipal de Santos: estudo de caso sobre a elaboração da Tabela de Temporalidade de Documentos da Secretaria Municipal de Economia e Finanças (TTD SEFIN)*. En: XVIII Congresso Brasileiro de Arquivologia. Rio de Janeiro, RJ: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012.

RODRIGUES, Ana Célia. *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. Disponível em:

<www.teses.usp.br/teses/.../8/.../TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf>. Acesso em: 26 set. 2015.

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação como requisito metodológico para a gestão de documentos e acesso a informações na administração pública brasileira. *Ci. Inf.*, Brasília, DF,

v. 41 n. 1, p.64-80 jan./abr., 2013. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/issue/view/121>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação: uma metodologia de pesquisa para a arquivística. In: *Estudos Avançados em Arquivologia*. 1 ed. Marília, São Paulo: Oficina Universitária, Cultura Acadêmica, 2012. p. 197-215. Disponível em

<http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf>.

Acesso em: 15 jan. 2014.

RODRIGUES, Ana Célia. Identificación de tipología documental como metodología del Programa de Gestión de Documentos del Gobierno del Estado de Río de Janeiro (PGD-Río): procedimientos e instrumentos. In: *Evaluación de Documentos en Iberoamérica*. 1 ed. Córdoba, Argentina: Encuentro Grupo Editor, 2013b p. 977-1002.

RODRIGUES, Ana Célia. *Tipologia documental como parâmetro para a gestão de documentos de arquivos: um manual para o Município de Campo Belo, MG*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. (Dissertação de Mestrado). Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25042003-181526/>. Acesso em: 26 jun. 2007.